TERMO DE CONTRATO – Nº 107/2015

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA, LEGALMENTE CONSTITUÍDA PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO UNI-FACEF, CELEBRADO ENTRE O CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA – UNI-FACEF, E A EMPRESA PAULISTA DE NOTÍCIAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA, LEGALMENTE CONSTITUÍDA PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO UNI-FACEF

Data assinatura: 01/10/2015

Valor Global: R\$ 25.000,00

Vigência/Execução: de 01/10/2015 a 30/09/2016

Contratada:

Razão Social:	EMPRESA PAULISTA DE NOTÍCIAS LTDA		
Endereço:	R. São Sebastião, nº 610. Bairro Centro. Ribeirão Preto / SP		
CEP:	14.015-040	CNPJ:	01.559.769/0003-79
Representante	Rafael Vidal Correa	CPF	007.172.366-84
Procurador:	Marco Antônio Vallim	TEL:	(16) 3977-2172
CPF:	020.179.798-48	RG:	10.881.267

O Uni-FACEF – CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA, situado na Av. Major Nicácio, 2433 – Bairro São José na cidade de Franca, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o número **47.987.136/0001-09**, neste ato representado por seu Reitor, o **Sr. Alfredo José Machado Neto**, brasileiro, professor, portador do RG n.º 4.885.208, inscrito no CPF/MF sob o nº 369.208.608-30, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa e seu representante devidamente identificados no quadro presente no caput deste termo contratual **EMPRESA PAULISTA DE NOTÍCIAS LTDA**, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa jornalística, legalmente constituída, para a publicação dos atos oficiais do Centro Universitário Municipal de Franca, com especificações expressas na tabela a seguir, todos com as

configurações e condições constantes da proposta da CONTRATADA e do Anexo II do edital do Pregão nº 25/2015. O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do art 65, §1º da Lei 8.666/93.

Descrição	Quantidade estimada	Preço unitário (R\$)	Preço total Estimado (R\$)
Contratação de empresa jornalística para publicação de Extratos de Editais, Avisos e demais Atos.	2.000 cm/col.	R\$12,50	R\$ 25.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O preço total do fornecimento nos termos do Edital e da proposta da contratada, de acordo com os seguintes preços unitários: R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por centímetro de coluna.

Parágrafo Primeiro: Os preços cotados na proposta não serão reajustados, a não ser que haja mudança no Plano Econômico estabelecido pelo Governo Federal e que as Leis nº. 8.880/94 e 9.069/95 sofram alterações que gerem o desequilíbrio financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo: Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Departamento de Compras do Uni-FACEF, após cada período mensal de prestação, um relatório descritivo dos serviços executados bem como seus respectivos exemplares, o qual deverá ser submetido e aprovado pelo Uni-FACEF.

Parágrafo Terceiro: A expedição da Nota Fiscal/Fatura de Serviços deverá ocorrer no último dia do mês da respectiva prestação dos serviços.

Parágrafo Quarto: O valor a ser pago, mensalmente, será obtido mediante a aplicação dos preços unitários (cm/col.), estipulados nessa cláusula.

Parágrafo Quinto: Será descontado, do valor mensal, o valor dos serviços contratados e não executados, por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções estabelecidas na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: A Contratada se obriga, dentro dos requisitos exigidos no edital da licitação supra e obedecidas às normas legais que regulamentam o assunto, a realizar as publicações dos atos oficiais Do Uni-FACEF pelo período de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro: As publicações deverão ser feitas:

- Para texto: corpo 6 (seis), inclusive entrelinha,
- Para título: corpo 12 (doze).

Parágrafo Segundo: Ficará a contratada obrigada a eliminar nas publicações os espaços em branco existentes entre o título e o corpo do texto, bem como, entre os artigos, itens, cláusulas ou incisos, reduzindo o espaçamento entre eles. Tal procedimento deverá ser adotado também ao final, antes e depois das assinaturas, visando diminuir o custo das publicações. As publicações que forem feitas fora dos parâmetros acima definidos serão pagas pelo preço contratado, não se responsabilizando a contratante por eventual aproveitamento de página ou espaço, por ocasião da diagramação.

Parágrafo Terceiro: Os originais encaminhados pelo Uni-FACEF que não obedecerem a estes critérios deverão sofrer adequações ao estabelecido nos itens anteriores, antes de serem publicados. Deverão ainda indicar quantos dias serão publicados. Não havendo tal indicação pressupõe-se ser apenas um dia.

Parágrafo Quarto: As notas fiscais poderão ser emitidas pelo valor total do mês, porém, sempre acompanhadas de planilha de publicações e seus respectivos comprovantes, dia a dia, com a medição de cada dia e o seu custo unitário e total. As notas fiscais apresentadas em desacordo com essas exigências não serão processadas para pagamento, não serão aceitas notas fiscais ao consumidor e ou recibo, apenas nota fiscal “Pessoa Jurídica”.

Parágrafo Quinto: As publicações que forem feitas fora dos parâmetros acima definidos serão pagas pelo preço contratado, não se responsabilizando a CONTRATANTE por eventual aproveitamento de páginas ou espaços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – Os serviços objeto do presente deverão ser executados na conformidade do Anexo II do Edital do Pregão nº 25/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS: Será efetuado o pagamento mensalmente, em até 10 (dez) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Pró-Reitor de Administração, observadas as instruções legais e previstas na minuta do contrato.

Parágrafo Primeiro: As notas fiscais poderão ser emitidas pelo valor total do mês, porém, sempre acompanhadas de planilha de publicações e seus respectivos comprovantes, dia a dia, com a medição de cada dia, seu custo unitário e total. As notas fiscais apresentadas em desacordo com essas exigências não serão processadas para pagamento, não serão aceitas nota fiscal ao consumidor e ou recibo, apenas nota fiscal “Pessoa Jurídica” da referida prestação de serviços.

Parágrafo Segundo: É condição indispensável para que os pagamentos sejam efetuados no prazo estipulado que os documentos apresentados na fase de habilitação não se encontrem com o prazo de validade vencido, especialmente os referentes à regularidade fiscal.

Parágrafo Terceiro: Enquanto não liquidada obrigação financeira imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade por inadimplência, os pagamentos serão efetuados com observância ao estabelecido nos Parágrafos Primeiro e Segundo da CLÁUSULA SEXTA deste contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Parágrafo Quarto: Para todos os efeitos, considerar-se-á como data do pagamento a data de emissão da ordem bancária pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES: São obrigações das partes, além de outras previstas em lei e neste contrato:

I - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA, além de responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a Contratante e/ou terceiros, deverá executar o objeto deste Contrato de acordo com o explicitado em suas cláusulas, em estrita conformidade com a legislação vigente, obrigando-se a:

- a) A assumir as responsabilidades por eventuais danos morais causados ao Uni-FACEF e/ou a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do fornecimento, sem nenhuma responsabilidade do contratante.
- b) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Contratante, sob pena de rescisão do contrato e consequente indenização.
- c) Custear todos os encargos resultantes do fornecimento, inclusive impostos, taxas e emolumentos, encargos técnicos, trabalhistas e previdenciários que incidirem sobre o objeto adjudicado.
- d) A contratada deverá encaminhar gratuitamente sempre que houver publicação do Centro Universitário Municipal de Franca, no dia da publicação, 02 (dois) exemplares do jornal para conferência da veiculação. Os exemplares devem ser identificados e entregues no Setor de Compras e se os mesmos forem entregues em outro Setor e extraviados será de responsabilidade da contratada providenciar novos exemplares.

II - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Entregar todo o material necessário para publicação.
- b) A acompanhar e conferir as publicações, objeto deste contrato.
- c) proceder pontualmente aos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que tenha havido a publicação.

O recebimento dos jornais, objeto deste contrato, será feita por funcionário especialmente designado para essa função, mediante termo consignado na primeira via da Nota Fiscal o qual se responsabilizará pela perfeição e qualidade das publicações, conferindo-as ou recusando-as se estiverem em desacordo.

Parágrafo Único: As obrigações contratuais são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência dessa

responsabilidade para outras pessoas físicas ou jurídicas, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

As publicações serão objeto de controle, acompanhamento, fiscalização e avaliação por técnico com atribuições específicas, devidamente designado pelo Uni-FACEF.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO: O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se em desacordo com os termos deste Edital e seus anexos.

Parágrafo Único: Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: O CONTRATANTE, respeitado o direito de defesa prévia, poderá aplicar as seguintes penalidades à CONTRATADA inadimplente:

1.1) A recusa injustificada do licitante vencedor em aceitar ou retirar o Empenho ou o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão licitador, implicará na imediata suspensão do direito de licitar com o Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF, pelo prazo de até 06 (seis) meses e multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do empenho, atualizada até a data do efetivo pagamento com juros de 0,3% (três décimos por cento);

1.2) A inexecução total do objeto desta licitação ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Empenho ou termo equivalente, atualizado; tratando-se de entrega parcelada a multa será de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela atrasada, até o limite de 6% (seis por cento), com as consequências previstas em lei, reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 77 da Lei nº 8.666/93; sujeitas às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações;

1.3) Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não sendo cancelado o Empenho, se repetir o atraso, o Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF aplicará multa em dobro;

1.4) Verificada uma das hipóteses dos subitens anteriores, o Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF poderá optar pela convocação das demais proponentes da licitação, obedecida sucessivamente à ordem de classificação na forma do § 2º, do art. 64, do diploma licitatório;

1.5) Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto licitado, o Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF poderá, garantida a prévia defesa da licitante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no alínea anterior.

Obs.: As sanções previstas na alínea “c”, do subitem 1.5 da cláusula oitava, são de competência exclusiva do Reitor do Uni-FACEF, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias a contar da abertura de vistas.

1.6.) A aplicação das penalidades de que trata esta Cláusula não exime a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que lhes deram causa.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS: Dos atos da Administração cabe recurso, obedecido o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, e conforme o disposto no item 12.1 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - NATUREZA DA DESPESA: A despesa decorrente deste contrato correrá à Verba Ficha: 012 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica da CONTRATANTE.

CLÁUSULA ONZE – VIGÊNCIA: As publicações serão efetuadas, durante o prazo de 12 (doze) meses à contar da data da assinatura do contrato, no dia posterior após a entrega do material. O prazo de duração deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados de 01/10/2015, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, condicionado, de um lado, ao interesse das partes, manifestado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias de seu término, e, de outro, à existência de dotação específica no(s) orçamento(s) para o(s) exercício(s) financeiro(s) seguinte(s), limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DOZE - DO REAJUSTE: Os preços cotados na proposta não serão reajustados, a não ser que haja mudança no Plano Econômico estabelecido pelo Governo Federal e que as Leis nº. 8.880/94 e 9.069/95 sofram alterações que gerem desequilíbrio financeiro do contrato.

CLÁUSULA TREZE – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR: Fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Pregão e seus anexos, a Proposta de Preços da CONTRATADA e sua documentação de habilitação, constantes do Processo.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA – Para assinatura do contrato será exigido compromisso da licitante assinado pelos diretores responsáveis garantindo o cumprimento da proposta no preço, prazo e qualidade.

CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO: São motivos para a rescisão do contrato os relacionados no artigo 78 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato atenderá ao disposto no art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO: Fica eleito o Foro da cidade de Franca, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas direta ou indiretamente deste Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato, que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, em 3 (três) vias de igual teor e de mesmos efeitos legais.

Franca (SP), 01 de outubro de 2015.

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto
Reitor do Uni-FACEF

Marco Antônio Vallim
Empresa Paulista de Notícias Ltda

Testemunhas:

Bárbara Costa Marques
CPF: 351.020.308-92

Vanessa Vieira Silva
CPF: 217.483.848-64